

RELATÓRIO E CONTAS 2017

PT PAY, S.A.

Relatório e Contas 2017

Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	
Introdução	2
Informações Legais	3
Enquadramento Económico	3
Atividade da Empresa	7
Análise Económica e Financeira	7
Perspetivas Futuras	9
Proposta de Aplicação de Resultados	10
Factos relevantes ocorridos após a data de balanço	10
Gestão de Riscos Financeiros	11
Demonstrações Financeiras	12
Relatório e Parecer do Fiscal Único	34
Certificação Legal de Contas	35

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva

Vogal: Fernando José Torres Severino

Vogal: Maria Dalila Correia Araújo Teixeira

Fiscal Único

Efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.

Suplente: Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira

Senhor acionista,

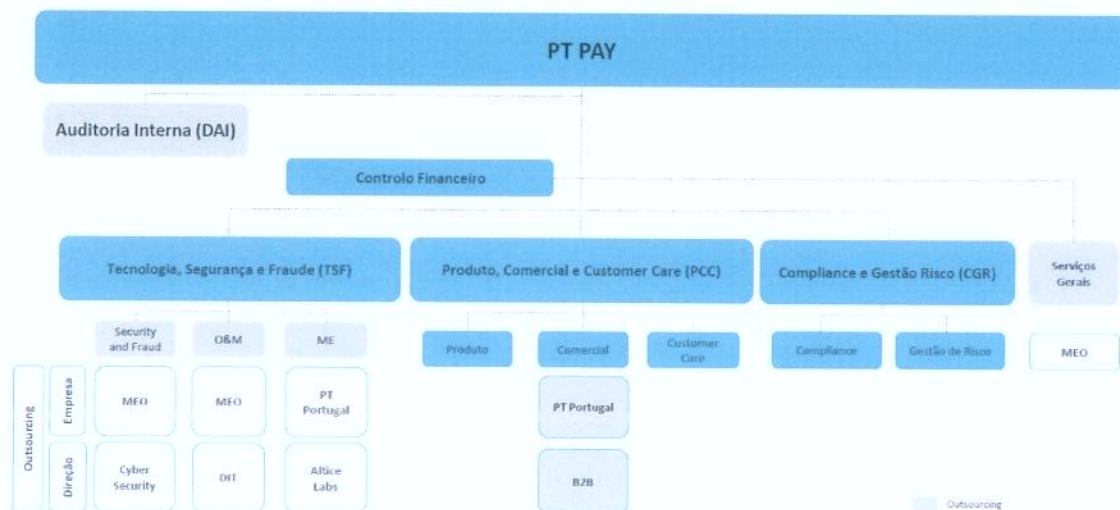
O Conselho de Administração da PT PAY, S.A., nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da PT PAY, S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2017.

Introdução

A PT PAY, S. A. (“PT PAY” ou “Empresa”) foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um “projeto – piloto”. A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de Abril de 2014 após aprovação por parte do Banco de Portugal.

A PT PAY tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da PT PAY, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de serviços, podendo nomeadamente utilizar o dispositivo móvel, a TV, ou *sites de e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. Na vertente de comerciantes, o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, é composto por uma plataforma de aceitação de pagamentos e fidelização. A PT PAY neste contexto é considerada como *payment facilitator* ou *payment service provider*, disponibilizando, com um único contrato, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

Atualmente a estrutura funcional da Empresa pode ser representada da seguinte forma:



Informações Legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;
- A Empresa não dispõe de ações próprias e durante o exercício de 2017, não existiram quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias, para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização para esse fim durante o exercício de 2016, conforme disposições previstas na alínea e) do artigo 66.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Enquadramento Macroeconómico

Situação económica internacional

Num contexto de baixa dos preços do petróleo e de uma política monetária flexível, a retoma económica em 2017 foi resiliente e generalizada nos Estados membros.

Todavia, a dissipação do impacto dos fatores positivos, ao mesmo tempo que surgem dificuldades, como o abrandamento das economias de mercado emergentes, a fraca evolução do comércio mundial e a persistência de tensões geopolíticas, constituem condicionantes ao ritmo de crescimento. Por outro lado, verificam-se resultados favoráveis em matéria de redução do desemprego, com consequências positivas sobre o consumo privado, o rendimento real disponível, condições de crédito facilitadas, progressos em matéria de desendividamento financeiro e aumento dos investimentos. Em alguns países, o impacto positivo das reformas estruturais contribui igualmente para continuar a apoiar o crescimento.

Globalmente, em 2017, registou-se uma significativa redução dos níveis de desemprego e de dívida pública (Tabela 1), sendo expectável que em 2018, a economia mantenha a sua retoma.

	2014	2015	2016	2017F	2018F	2019F
PIB - taxa de variação anual (%)						
União Europeia (27)	1,5	2,3	2,0	2,4	2,2	2,0
Zona euro (19)	1,3	2,1	1,8	2,2	2,1	1,9
OCDE	4,0	4,0	3,3	4,4	4,6	4,5
Portugal	0,9	1,8	1,5	2,6	2,1	1,8
Inflação - taxa de variação anual (%)						
União Europeia (27)	0,4	0,0	0,2	1,6	1,5	1,8
Zona euro (19)	0,4	0,0	0,2	1,5	1,4	1,6
OCDE	1,7	0,6	1,1	n.d.	n.d.	n.d.
Portugal	-0,2	0,5	0,6	1,5	1,4	1,5
Taxa de desemprego (%)						
União Europeia (27)	10,9	10,0	9,1	8,2	7,7	7,2
Zona euro (19)	11,6	10,9	10,0	9,1	8,5	7,9
OCDE	7,4	6,8	6,3	5,8	5,5	5,3
Portugal	14,1	12,6	11,2	9,2	8,3	7,6
Dívida pública em % do PIB						
União Europeia (27)	87,8	85,9	84,8	83,0	81,0	79,1
Zona euro (19)	94,2	92,1	91,1	89,3	87,2	85,2
OCDE	111,7	111,4	112,7	111,8	111,3	110,9
Portugal	130,6	128,8	130,1	126,4	124,1	121,1

Fonte: Comissão Europeia, OCDE

Tabela 1_Principais indicadores económicos

Enquadramento Nacional

Em resultado da implementação de medidas exigentes nos principais sectores da economia, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico (PAE), que terminou em 2014, a recuperação económica nacional continuou a consolidar-se em 2017, evidenciada sobretudo, segundo a Comissão Europeia, pelo crescimento real do PIB, com um crescimento de 2,9% no primeiro semestre de 2017, face a período homólogo, e impulsionado principalmente pelas exportações e pelo investimento.

Segundo a mesma fonte, a estagnação do consumo privado (especialmente de bens duradouros) e a ligeira melhoria do saldo da balança comercial externa, conduziram a uma estabilização do crescimento económico no final de 2017.

Enquadramento Setorial

No que diz respeito ao comércio *online*, Portugal terá atingido os 5 mil milhões de euros em 2017 (vs 3,5 mil milhões de euros em 2015), tendo crescido acima da média europeia (13,6%), para 603 mil milhões de euros de acordo com o relatório de *eCommerce Europeu B2C 2017*, divulgado pela *eCommerce Europe*. No mesmo estudo, prevê-se que os países da Europa do Sul sejam os que mais descerem (18% em 2017 vs 15% 2016) verificando-se uma tendência de crescimento menos acentuado em outras geografias europeias que ainda assim continuam a superar a expectativas de crescimento.

A evolução no mercado do *eCommerce* tem sido potenciada (1) pelo acesso mais fácil a novidades tecnológicas e a equipamentos que suportam estas soluções, como por exemplo

smartphones, (2) pelo investimento dos comerciantes em soluções que lhes permitem aumentar a sua rede de negócio e a sua proximidade com os clientes, e (3) pelo investimento efetuado ao nível da segurança de pagamentos eletrónicos nas soluções existentes no mercado, dando confiança aquando da utilização pelo consumidor.

Existe ainda maior potencial de crescimento no mercado português, uma vez que, quando comparado com as médias da EU, existe ainda um desvio a alinhar relativamente a este mercado: as compras online ainda representam apenas 43% em Portugal, comparando com 66% da média da empresa.

Atividade da Empresa

Evolução do negócio, principais eventos e desempenho do ano

A empresa realizou com sucesso diversas iniciativas de dinamização comercial que permitiram reduzir de forma significativa os seus prejuízos em 442.269 euros, de um prejuízo de 1.508.490 euros em 2016 para um prejuízo de 1.066.221 euros em 2017. Esta melhoria resultou, por um lado, (1) do incremento de 92% nos rendimentos de serviços e comissões (2.221.687 euros em 2017 face a 1.158.310 euros em 2016), fruto da estratégia comercial do negócio, o que não obstante o aumento dos encargos com serviços e comissões, garantiu-se a manutenção do produto bancário, o qual ascendeu a 155.975 euros em 2017, mas sobretudo (2) pela redução de 16% nos gastos gerais administrativos, de 225.925 euros em 2016 para 190.469 euros em 2017, fruto da renegociação de contratos com fornecedores externos e com entidades do Grupo PT. Adicionalmente, os gastos com pessoal tiveram uma redução homóloga de 7%, de 336.985 euros em 2016 para 314.814 euros em 2017.

Em 2017, a Empresa firmou novos contratos, e foi vencedora dos seguintes concursos públicos:

- fevereiro de 2017: Contrato Público com a entidade adjudicante Junta de Freguesia de Benfica relativo à prestação de Serviços de plataforma de pagamentos eletrónico
- julho de 2017: Contrato Público para início em Agosto de 2017 com a entidade adjudicante Município de Alcácer do Sal relativo à prestação de Serviços de Gestão de Cobranças, por um período de 12 meses
- setembro de 2017: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Odivelas relativo à prestação de Serviço de Solução de Pagamentos através de Multibanco
- outubro de 2017: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Chaves relativo à prestação de Serviço de sistema de referências Multibanco
- outubro de 2017: Contrato Público com a entidade adjudicante Município de Viana do Castelo relativo à prestação de Serviço de Solução de Pagamentos através de Multibanco

Análise Económica e Financeira

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas, de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), nos termos do aviso n.º 5 / 2015, de 7 de Dezembro do Banco de Portugal.

A PT Pay encontrava-se enquadrada no regime transitório relativo à elaboração das demonstrações financeiras, previsto no aviso n.º 5 / 2015, de 7 de Dezembro do Banco de Portugal tendo aplicado os princípios das Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA) até 31 de Dezembro de 2016.

Após o término do período transitório a PT Pay passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), nos termos do aviso n.º 5/2015. A transição na aplicação dos princípios contabilísticos não originou qualquer impacto relacionado com os ativos e passivos da empresa e conseqüentemente no seu capital próprio.

RESULTADOS

O **resultado líquido** da PT PAY nos exercícios de 2017 e 2016 foi negativo em 1.066.221 euros e 1.508.490 euros, respetivamente, refletindo essencialmente gastos com amortizações do exercício (719.994 euros e 1.115.690 euros, respetivamente), custos com pessoal (314.814 euros e 336.985 euros, respetivamente), gastos gerais e administrativos (190.469 euros e 225.925 euros, respetivamente) e provisões (3.081 euros e 8.749 euros, respetivamente), os quais no seu conjunto foram superiores ao produto bancário gerado nesses exercícios (155.975 euros e 161.361, respetivamente), composto essencialmente por rendimentos e encargos com serviços e comissões.

Os gastos com **amortizações**, em 2017, reduziram-se ligeiramente relativamente a 2016, refletindo essencialmente o facto de grande parte da amortização dos investimentos em ativos intangíveis efetuados maioritariamente em 2013 e 2014 antes do arranque da atividade comercial da Empresa, nomeadamente no sistema de tratamento automático, terem já ocorrido em exercícios anteriores.

Em relação à rubrica de **gastos com pessoal**, a ligeira redução ocorrida em 2017 está essencialmente relacionado com movimentações (entradas e saídas) de colaboradores durante o período. Em 31 de dezembro de 2017, o número de colaboradores era de 9.

A redução dos **gastos gerais e administrativos** reflete essencialmente a renegociação de contratos com fornecedores externos e com entidades do Grupo PT levada a cabo durante o ano 2017.

As **imparidades e provisões** registadas refletem essencialmente uma perda por imparidade de 728.045 euros relacionada com adiantamentos efetuados em anos anteriores para a aquisição de equipamentos que se revelaram não serem recuperáveis.

Em conclusão, os prejuízos apurados pela PT Pay em ambos os exercícios estão penalizados pelos elevados gastos com a amortização dos investimentos significativos efetuados em anos anteriores para efeitos do arranque da operação (aproximadamente 1,8 milhões de euros em 2017 e 2016). Em relação à redução dos prejuízos que se verificou em 2017 (para 1,07 milhões de euros), a mesma fica a dever-se essencialmente à redução significativa nos gastos gerais e administrativos e nas amortizações do exercício, pelos motivos atrás referidos.

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total do **ativo** acendia a 6.064.596 euros e 5.266.274 euros, respetivamente, respeitando essencialmente a (1) aplicações em instituições de crédito (10.000 euros e 660.000 euros, respetivamente), (2) disponibilidades de clientes numa conta bancária da PT Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (2.896.814 euros e 1.913.450 euros, respetivamente), (3) ativos intangíveis (1.034.535 euros e 1.200.246 euros, respetivamente), (4) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar (304.821 euros e 145.317 euros, respetivamente) e (5) devedores diversos. A redução nos ativos intangíveis é explicada pelo excesso das amortizações face ao investimento efetuado em 2016, enquanto a redução no IVA a recuperar reflete um reembolso pedido pela Empresa e recebido em 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total do **passivo** ascendia a 4.235.466 euros e 3.120.923 euros, respetivamente, incluindo essencialmente (1) dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços, os quais estão relacionados essencialmente com empresas do Grupo, e (2) montantes depositados pelos clientes numa conta bancária da PT Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa, nomeadamente em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes, os quais representam portanto uma responsabilidade da Empresa.

Em 29 de dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal relativamente a rácios mínimos dos fundos próprios e a melhorar posição financeira da Empresa, o acionista PT Portugal, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 3.500.000 euros, tendo naquela data aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício de 2016 de até ao montante de 3.000.000 euros. Durante o exercício de 2016, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante total de apenas 1.500.000 euros (face ao montante máximo aprovado de 3.000.000 euros para o exercício de 2016). Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2016, foi aprovado

pelo acionista a postecipação até 31 de dezembro de 2018 da possibilidade realização de prestações acessórias de capital sobre o montante não utilizado de 1.500.000 Euros, se tal se revelar necessário.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o **capital próprio** ascendia a 1.829.130 euros e 2.145.351 euros, respetivamente, representando aproximadamente 30% e 41% do total do ativo, respetivamente em ambas as datas. A variação no capital próprio foi penalizada pelo prejuízo apurado em 2017, no montante de 1.066.221 euros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelas prestações acessórias realizadas pela PT Portugal em 2017, no valor de 750.000 euros.

Perspetivas Futuras

A PT PAY continua a desenvolver o seu portfolio de produtos tendo em vista também um desenvolvimento comercial que permita de forma sustentada, estruturada e crescente construir soluções de pagamento para clientes empresariais e clientes finais, posicionando a Empresa como uma referência no mercado *online* e ajustando algumas das suas condicionantes para poder ser também um *player* com uma importância crescente nos pagamentos presenciais/físicos. A Empresa tem vindo a desenvolver uma estratégia comercial e de produto, alinhada com o acionista, através de venda direta, mas também com venda indireta, consolidando a sua presença no mercado através de um conjunto de parcerias estratégicas/comerciais que irão continuar a potenciar o crescimento da empresa.

Durante o ano 2017 foi consolidada a estratégia de redução da despesa corrente e de aposta numa filosofia técnica comercial com maior racionalidade económica e próxima do mercado e dos clientes.

O contínuo crescimento dos rendimentos provenientes de comissões e serviços é um indicador claro do potencial e dos ativos que uma Empresa como a PT Pay, no eco-sistema Altice/PT Portugal/MEO, poderá trazer para o mercado, tornando-se um elemento diferenciador na estratégia global do grupo e consolidando o relacionamento com os clientes.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados da totalidade do prejuízo apurado no exercício de 2017, no montante de 1.066.221 euros.

Factos relevantes ocorridos após a data de balanço

Não são conhecidos até à presente data quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 5 do artigo 66º CSC, confirmamos que a Empresa não tem filiais e/ou sucursais, bem como qualquer parceira relevante, fora da atividade normal que mantém com as empresas do Grupo PT.

Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Lisboa, 20 de Março de 2018

O Conselho de Administração,

Presidente João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva



Vogal Fernando José Torres Severino



Vogal Maria Dalila Correia Araújo Teixeira



Demonstrações Financeiras

PT PAY, S.A.

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

				2017	euros 2016
	Notas	Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	6	121.471	(121.471)	-	670
Ativos intangíveis	7	4.520.707	(3.486.172)	1.034.535	1.200.246
Total do ativo não corrente		4.642.178	(3.607.643)	1.034.535	1.200.916
Ativo corrente					
Outros ativos	9, 10	5.750.442	(730.381)	5.020.061	3.401.767
Aplicações em instituições de crédito	4	10.000	-	10.000	660.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	-	-	-	3.591
Total do ativo corrente		5.760.442	(730.381)	5.030.061	4.065.358
Total do ativo		10.402.620	(4.338.024)	6.064.596	5.266.274

				2017	euros 2016
	Notas			Passivo e Capital Próprio	Passivo e Capital Próprio
PASSIVO					
Passivo corrente					
Provisões	10			4.712	7.793
Outros passivos	11			4.230.754	3.113.130
Total do passivo corrente				4.235.466	3.120.923
Total do passivo				4.235.466	3.120.923
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	12			3.500.000	3.500.000
Outros instrumentos de capital	12			5.750.000	5.000.000
Outras reservas e resultados transitados				(6.354.649)	(4.846.159)
Resultado líquido do exercício				(1.066.221)	(1.508.490)
Total do capital próprio				1.829.130	2.145.351
Total do capital próprio e do passivo				6.064.596	5.266.274

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Duarte Sérgio Cristiano

RS

[Handwritten signature]

DH.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

		EUROS	
	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	13	125	876
Juros e encargos similares	13	(9.730)	(4.545)
Margem financeira		(9.605)	(3.669)
Rendimentos de serviços e comissões	14	2.221.687	1.158.310
Encargos com serviços e comissões	14	(2.055.857)	(992.162)
Resultados de reavaliação cambial		(19)	-
Outros resultados de exploração		(231)	(1.098)
Produto bancário		155.975	161.361
Custos com pessoal	15	(314.814)	(336.965)
Gastos gerais administrativos	16	(190.469)	(225.925)
Amortizações do exercício	17	(719.994)	(1.115.690)
Imparidades e provisões líquidas de reposições e anulações	9, 10	3.081	8.749
Prejuízo antes de impostos		(1.066.221)	(1.508.490)
Prejuízo apurado no período		(1.066.221)	(1.508.490)
Prejuízo por ação básico	19	(0,30)	(0,43)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Paulo Sérgio Costa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

EUROS

		Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 12)	Resultados Transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2016	A	3.500.000	3.500.000	(1.794.575)	(3.051.585)	2.153.840
Prejuízo					(1.508.490)	(1.508.490)
Resultado integral	B					(1.508.490)
Operações com detentores de capital						
Realização de prestações acessórias		-	1.500.000	-	-	1.500.000
Aplicação de resultados		-	-	(3.051.585)	3.051.585	-
Posição em 31 de dezembro de 2016	D=A+E+C	3.500.000	5.000.000	(4.846.159)	(1.508.490)	2.145.351
Prejuízo					(1.066.221)	(1.066.221)
Resultado integral	E					(1.066.221)
Operações com detentores de capital						
Realização de prestações acessórias		-	750.000	-	-	750.000
Aplicação de resultados		-	-	(1.508.490)	1.508.490	-
Posição em 31 de dezembro de 2017	G=D+E+F	3.500.000	5.750.000	(6.354.649)	(1.066.221)	1.829.130

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Paulo Sérgio Pinheiro

M

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

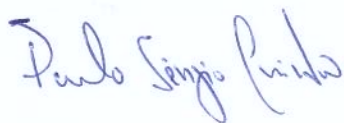
PT PAY, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2.214.056	859.148
Pagamentos a fornecedores		(2.747.731)	(1.996.410)
Pagamentos ao pessoal	4 (a)	(229.856)	(378.184)
Caixa gerada pelas operações		(763.531)	(1.515.446)
Recebimentos (Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		17	38
Outros recebimentos (pagamentos), líquidos		(142.728)	1.365.150
Fluxos das atividades operacionais (1)		(906.242)	(150.258)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		91	62
		91	62
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(521.965)	(719.243)
		(521.965)	(719.243)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(521.874)	(719.181)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		29.081	44.520
Recebimentos de outros instrumentos de capital	4 (b), 12	750.000	1.500.000
		779.081	1.544.520
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(4.556)	(11.490)
		(4.556)	(11.490)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		774.525	1.533.030
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(653.591)	663.591
Caixa e seus equivalentes no início do período		663.591	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 (c)	10.000	663.591

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



ÍNDICE

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Provisões
11. Outros passivos
12. Capital
13. Juros e rendimentos similares
14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
15. Custos com pessoal
16. Gastos gerais administrativos
17. Gastos de depreciação e amortização
18. Imposto sobre o rendimento
19. Resultado líquido por ação
20. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

PT PAY, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A PT PAY, S.A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A PT PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, bem como todas as operações necessárias para a gestão das contas de clientes. A MEO Wallet é um serviço da PT PAY, S.A., instituição de pagamento registada no Banco de Portugal sob o nº 8705.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual por sua vez era, em 31 de dezembro de 2017, integralmente detida pela Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal").

Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS"), até então empresa-mãe do Grupo PT em Portugal, subscreveu um aumento de capital da Oi, S.A. (operador de telecomunicações brasileiro) através da contribuição em espécie da totalidade da participação que detinha na PT Portugal (acionista único da PT PAY), incluindo todos os negócios em Portugal por esta detidos, nomeadamente o da PT PAY, pelo a partir dessa data a PT Portugal e, conseqüentemente, a PT PAY passaram a integrar o Grupo Oi.

Em 2 de junho de 2015, a Oi, S.A. concluiu a alienação da totalidade da participação na PT Portugal à Altice Portugal, entidade que faz parte do grupo Altice, um grupo que opera no setor de telecomunicações com presença essencialmente em França, nos Estados Unidos da América, em Israel, Republica Dominicana e Portugal. Conseqüentemente, a PT Portugal e todos os seus negócios em Portugal, nomeadamente o da PT PAY, foram integrados no Grupo Altice a partir da referida data.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 12 de Abril de 2018, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a PT Pay adotou, pela primeira vez, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como definidas e adotadas pela União Europeia e em vigor à presente data.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Até 31 de dezembro de 2016, a PT PAY utilizou nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As NCA's correspondiam genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal.

A PT Pay beneficiou do regime transitório (um ano), relativo à obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme preconizado no art.º 3 do aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

A revogação das NCA's e a adoção das IFRS, não teve qualquer impacto, pelo que as políticas contabilísticas utilizadas pela PT Pay na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras nos pressupostos acima referidos, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Empresa concluiu que a Empresa dispõe de recursos financeiros adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as

atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nos exercícios de 2017 e de 2016 a que respeitam as demonstrações financeiras, não foram interrogadas quaisquer disposições das IFRS que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes e que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as IFRS.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem essencialmente licenças de utilização de *software* e gastos com o desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa, registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles

advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pelo mesmo e sejam fiavelmente mensuráveis.

As despesas com atividades de pesquisa são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica e económica do produto ou processo em desenvolvimento e a Empresa tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil dos ativos relativos a *software* e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos.

3.3. Imparidade de ativos

A Empresa efetua análises de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto de entre o preço de venda e o valor de uso.

O preço de venda é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o custo do capital e o risco específico do ativo.

3.4. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com o imposto diferido, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento”.

Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.6. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.7. Provisões, obrigações e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulte de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem custos associados que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transações incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

3.9. Custo de empréstimos obtidos

Os custos e/ou encargos com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

3.10. Férias e subsídios de férias

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica "Credores por acréscimos de gastos".

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

(b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) Continuação do apoio concedido pelo grupo PT Portugal à PT Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez

A PT PAY financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto do acionista. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo PT Portugal de continuar a apoiar a PT PAY.

(b) Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a desenvolvimentos e licenças de utilização de software que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes registados em 31 de dezembro de 2017 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

3.14. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Aplicações em instituições de crédito" são constituídas por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da PT Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício.

(a) Pagamentos ao pessoal

Esta rubrica inclui pagamentos a pessoal cedido por outras empresas do Grupo.

(b) Recebimentos provenientes de outros instrumentos de capital

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta os montantes recebidos de 750.000 euros e 1.500.000 euros, respetivamente, pela realização de prestações acessórias por parte do acionista único PT Portugal (Nota 12).

(c) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica era composta por:

	euros	
	2017	2016
Aplicações em instituições de crédito	10.000	660.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	3.591
	10.000	663.591

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Conforme referido na Nota 2, a empresa aplica as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras. Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas no exercício findo a 31 de dezembro de 2017, não se verificaram quaisquer alterações

voluntárias de outras políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram emitidas outras normas ou interpretações novas ou revistas que ainda não estejam em vigor, nem foram efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis respeitam essencialmente a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2017	2016
Valores brutos		
Saldo inicial	121.471	120.801
Outros movimentos	-	670
Saldo final	121.471	121.471
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial	120.801	96.164
Depreciações do exercício (Nota 17)	670	24.637
Saldo final	121.471	120.801
Ativos fixos tangíveis líquidos	-	670

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

	euros			
	2017			
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	3.434.889	96.320	435.885	3.967.094
Aquisições	206.184	56.826	290.603	553.613
Transferências	101.447	-	(101.447)	-
Saldo final	3.742.520	153.146	625.041	4.520.707
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	2.732.005	34.843	-	2.766.848
Amortizações do exercício (Nota 17)	658.157	61.167	-	719.324
Saldo final	3.390.162	96.010	-	3.486.172
Ativos intangíveis líquidos	352.358	57.136	625.041	1.034.535

				euros
				2016
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	3.178.873	6.478	170.842	3.356.193
Aquisições	256.016	89.842	265.043	610.901
Saldo final	3.434.889	96.320	435.885	3.967.094
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.669.317	6.478	-	1.675.795
Amortizações do exercício (Nota 17)	1.062.688	28.365	-	1.091.053
Saldo final	2.732.005	34.843	-	2.766.848
Ativos intangíveis líquidos	702.884	61.477	435.885	1.200.246

Nos exercícios de 2017 e 2016, as adições respeitam essencialmente a gastos com desenvolvimento de *software* a aquisição de licenças de utilização de *software*, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao desenvolvimento da atividade da Empresa.

8. Partes relacionadas

8.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal à data de 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice foram consideradas como partes relacionadas da PT Pay.

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são conforme segue:

			euros
			2017
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)	
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO")	1.586.762	370.682	
PT Portugal	20	151.431	
Altice Labs, S.A.	-	612.718	
Outras empresas	75	1.661	
	1.586.857	1.136.491	

euros		
2016		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO")	1.170.565	276.562
PT Portugal	17	120.790
Altice Labs, S.A.	-	164.567
Outras empresas	75	1.126
	1.170.657	563.044

Em 31 de dezembro de 2017, o elevado saldo de contas a receber da MEO, respeita essencialmente à faturação dos serviços prestados ao cliente BPO Aquapor à MEO, a qual por sua vez efetua a faturação direta a este cliente, juntamente com outros serviços.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

euros				
2017				
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais administrativos (Nota 16)
MEO	-	737.291	(314.814)	(120.000)
Outras empresas	(9.730)	6.156	-	(2.880)
	(9.730)	743.447	(314.814)	(122.880)

euros				
2016				
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais administrativos (Nota 16)
MEO	-	750.492	(336.985)	(97.673)
Outras empresas	(3.748)	4.750	-	(4.920)
	(3.748)	755.241	(336.985)	(102.593)

9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

euros		
	2017	2016
Outras disponibilidades sobre residentes (a)	2.896.814	1.913.450
Devedores e outras aplicações e outros rendimentos a receber (b)		
Imposto sobre o valor acrescentado	304.821	145.317
Outros devedores de rendimentos - Grupo (Nota 8)	1.563.909	1.109.938
Outros devedores de rendimentos - terceiros	17.408	49.456
Adiantamento a fornecedores de equipamentos e Chargeback (c)		
Equipamentos	728.045	728.045
Chargeback	18.876	15.969
Despesas com encargo diferido (d):		
Grupo (Nota 8)	22.948	60.718
Terceiros	10.565	28.338
Outros ativos	187.056	80.916
	5.750.442	4.132.148
Ajustamento a adiantamento a fornecedores de equipamento (c)	(730.381)	(730.381)
Total	5.020.061	3.401.767

- (a) Esta rubrica respeita ao valor disponível numa conta bancária da PT PAY, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderentes, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Nota 11).
- (b) Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui valores a receber respeitantes a faturação emitida essencialmente à MEO e também, em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui reembolso de IVA a recuperar.
- (c) Em exercícios anteriores, foram efetuados adiantamentos para a aquisição de equipamentos, relativamente aos quais foram constituídas imparidades para fazer face à não recuperabilidade dos mesmos, as quais apresentavam o saldo final de 730.381 euros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
- (d) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados à MEO, cujo serviço será prestado apenas no futuro, motivo pelo qual os respetivos gastos também serão reconhecidos apenas em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.586.857 euros e 1.170.657 euros, respetivamente (Nota 8).

10. Provisões líquidas de reposições e anulações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica respeita a contingências fiscais, tendo registado os seguintes movimentos:

	euros	
	2017	2016
Saldo inicial	7.793	16.542
Diminuições (Nota 18)	(3.081)	(8.749)
Saldo final	4.712	7.793

11. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Credores por fornecimento de bens e serviços:		
Fornecedores Grupo (Nota 8)	911.781	379.472
Fornecedores - Terceiros	(29.136)	296.081
Cash Pooling - Grupo (Nota 8)	146.652	117.572
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	104.124	12.137
Outros passivos:		
Outros passivos correntes - Depósitos (a)	2.956.311	1.958.375
Outros Credores - Grupo (Nota 8)	78.058	66.001
Outros Credores - Terceiros	62.963	283.494
	4.230.754	3.113.130

- (a) Esta rubrica inclui montantes entregues pelos clientes à Empresa com vista a serem utilizados por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rúbrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.136.491 euros e 563.044 euros, respetivamente (Nota 8).

12. Capital

12.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 3.500.000 euros, estando representado por 3.500.000 ações nominativas (Nota 19), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

12.2. Outros instrumentos de capital

Esta rubrica corresponde a prestações acessórias concedidas pela PT Portugal, as quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Nos termos da legislação aplicável, as mesmas só podem ser reembolsados por iniciativa da instituição e com o prévio acordo do Banco de Portugal, mas nunca antes de decorrido o prazo de cinco anos a contar da data da sua realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica ascende, respetivamente, a 5.750.000 euros e 5.000.000 euros, e reflete as realizações de prestações acessórias pelo acionista único nos montantes de 750.000 euros, 900.000 euros e 600.000 euros em junho de 2017 e em dezembro e junho de 2016, respetivamente (Nota 4(b)).

12.3. Aplicação de resultados

Em 2017, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 30 de Maio, o resultado líquido negativo de 2016, no montante de 1.508.490 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

12.4. Fundos próprios

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, têm a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Fundos próprios totais	794.595	945.105
Requisitos de fundos próprios	358.091	225.513
Suficiência/ (Insuficiência) de fundos próprios	436.504	719.592

13. Juros e rendimentos similares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos a prazo	125	79
Outros juros (Nota 8)	-	797
	125	876
Juros e encargos similares suportados		
Outros juros e encargos similares (Nota 8)	(9.730)	(4.545)
	(9.730)	(4.545)

14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Rendimentos de serviços e comissões		
Empresas grupo (Nota 8)	743.447	755.241
Empresas não grupo	1.478.240	403.069
Encargos com serviços e comissões		
Empresas não grupo	(2.055.857)	(992.182)
	165.830	166.128

As rubricas de rendimentos e encargos com serviços e comissões refletem um acréscimo explicado essencialmente pelo serviço prestado aos Serviços Municipalizados de Águas.

15. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 8):

	euros	
	2017	2016
Remunerações		
Pessoal	248.996	271.656
Encargos sociais	56.732	60.494
Outros	9.086	4.835
	314.814	336.985

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente por outras empresas do Grupo PT Portugal, inseridas no Grupo Altice.

Desde 2016 que a PT Pay passou a incorporar os custos com o pessoal que estavam igualmente a ser suportados por outras empresas do Grupo PT Portugal.

16. Gastos gerais administrativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Serviços de suporte (a)	122.880	125.276
Auditoria e consultoria (b)	63.376	43.716
Outros serviços e fornecimentos de terceiros	4.213	56.933
	190.469	225.925

- (a) Inclui essencialmente gastos com serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center e com a gestão de recursos humanos, marketing, entre outros serviços de suporte.
- (b) Respeita à regularização de custos de operação, manutenção e cibersegurança faturados pela MEO, e inclui os custos com a auditoria financeira e as auditorias de branqueamento de capitais, de controlo interno e de pagamentos pela certificação dos sistemas de segurança de cartões de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Gastos gerais administrativos" inclui transações com empresas do grupo, nos montantes de 122.880 euros e 102.593 euros, respetivamente (Nota 8).

17. Gastos de depreciação e amortização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Ativos intangíveis (Nota 7)	719.324	1.091.053
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	670	24.637
	719.994	1.115.690

18. Imposto sobre o rendimento

18.1. Enquadramento

Em 2017, a Empresa passou a integrar o RETGS adotado pela Altice Portugal, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros foram registadas no balanço, respetivamente, como dívidas a pagar e créditos a receber da Altice Portugal.

A Empresa é tributada em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de derrama estadual, quando aplicável, cuja taxa é variável em função da matéria coletável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, a Empresa apurou prejuízo fiscal pelo que utilizou a taxa de 21% para calcular a estimativa de imposto sobre o rendimento.

18.2. Reconciliação de taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como se segue:

	euros	
	2017	2016
Resultado antes de impostos	(1.066.221)	(1.508.490)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	(223.906)	(316.783)
Ajustamentos à colecta		
Diferenças permanentes (a)	(2.827)	(4.011)
Prejuízo fiscal apurado no âmbito do RETGS	226.733	320.794
	-	-

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2017	2016
Perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis (Nota 10)		(8.749)
Provisões para impostos (Nota 10)	(3.081)	-
Perdas de imparidade de outros ativos amortizáveis, não aceites como gastos	(10.379)	(10.376)
Outros		23
	(13.460)	(19.101)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	(2.827)	(4.011)

19. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi calculado da seguinte forma:

	2017	2016
Resultado líquido	(1.066.221)	(1.508.490)
Número de ações (Nota 12)	3.500.000	3.500.000
Resultado líquido por ação básico	(0,30)	(0,43)

Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

20. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Não são conhecidos até à presente data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.



Relatório e Parecer do Fiscal Único



BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710

www.bakertilly.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da PT PAY, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PT PAY, S.A (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não contém reservas nem ênfases, e que se dá aqui por integralmente reproduzido.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 29 de março de 2018

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Julio Dinis, n.º 204, Office 312, 4050-318 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

Certificação Legal das Contas





BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710

www.bakertilly.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da PT PAY, S.A (“Empresa”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.064.596 euros e um total de capital próprio de 1.829.130 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.066.221 euros, a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PT PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Júlio Dinis, nº 204, Office 312, 4050-318 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

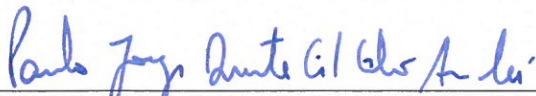
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2018



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André